

A IGREJA E A SOCIEDADE CRISTÃ NA IDADE MÉDIA

META

Propiciar o estudo da Igreja Cristã, visando a entender seu papel como a mais poderosa instituição no processo de formação da nova sociedade ocidental.

OBJETIVOS

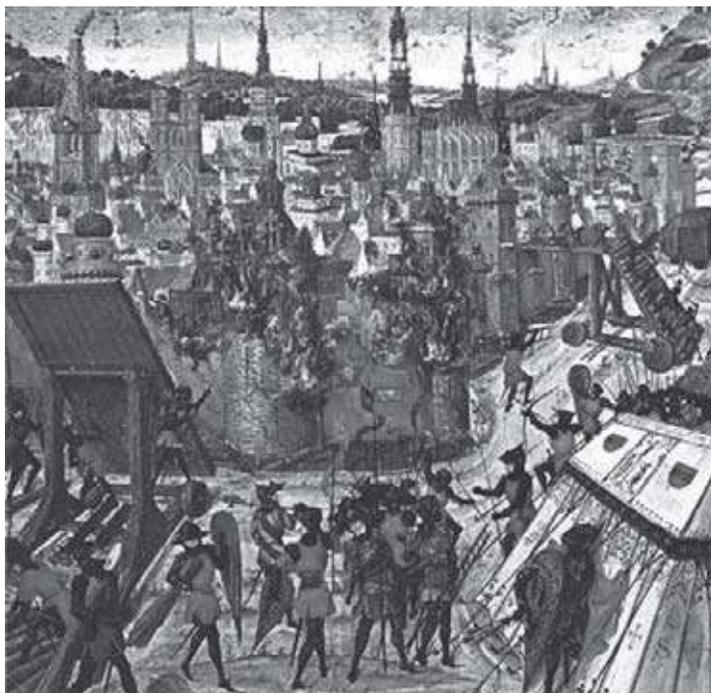
Ao final da aula, o aluno deverá:

destacar as circunstâncias que permitiram à Igreja aliar domínio espiritual e poder material;

acompanhar a disputa de poder entre a Igreja e os Impérios;

identificar o papel da Igreja na preservação e divulgação da cultura e do conhecimento;

analisar a expansão da cristandade através das Cruzadas.



A tomada de Jerusalém durante a Primeira Cruzada em 1099, de um manuscrito medieval. (Fonte:pt.wikipedia.org).

INTRODUÇÃO

No decorrer do século III, enquanto o Império Romano começava a ser abalado pela crise que acabou provocando sua divisão e o fim do Império Ocidental, a Igreja Católica se organizava de forma a conseguir o reconhecimento do catolicismo como religião oficial do Estado.

Na seqüência, enquanto os bárbaros invadiam o território imperial, provocando o caos e a desordem, a Igreja se firmava como a única instituição organizada e apta a ajudar os homens a enfrentarem tempos tão difíceis.

A partir de tais circunstâncias ela assume um papel decisivo na sociedade medieval, o que faz aliando ao trabalho espiritual um grande domínio material. “Com a ruralização da economia, que se estendeu por toda a Alta Idade Média, a Igreja, antes concentrada nas cidades, foi

obrigada a se deslocar para os campos, e os bispos e abades se tornaram verdadeiros senhores feudais.

Nessa época, a Igreja tinha praticamente o controle do saber. O domínio da leitura e da escrita era privilégio quase exclusivo de bispos, padres, abades e monges. Os membros do clero eram, por isso, as pessoas mais aptas a ocupar cargos públicos, exercendo funções de notários, secretários, chanceleres. A Igreja, que antes dependia politicamente dos reis, começou a entrar em conflito com a autoridade real.” (ARRUDA ; PILETTI, 1999, p. 105).

No século XI, a cristandade ocidental se expande através das Cruzadas, movimento desencadeador de significativas transformações ocorridas na Europa Ocidental.



Concílio da Igreja realizado em 1095, em Clermont, loucou, pela 1ª vez, o apelo à retomada dos lugares sotos (Fonte: Grandes Personagens da História Universal. v. II. p. 276).

IGREJA: PODER ESPIRITUAL E TEMPORAL

Nos primeiros séculos da Era Cristã, enquanto a unidade do Império Romano desfazia-se lentamente, a crença dos homens em vários deuses também perdia terreno para o Cristianismo. Era o início da trajetória ascendente de uma “religião exclusivista, baseada na crença de um Deus único e senhor da verdade absoluta.”

Contando com uma organização que já estava definida por volta do século III, a Igreja pode dispor das condições para a vitória definitiva da religião cristã, conforme se verificou no século seguinte.

“Pode-se assim falar, a partir da cristianização do império, em clericalização da sociedade em dois sentidos: quantitativamente, porque a proporção de clérigos em relação ao conjunto da população torna-se muito superior à que existira no paganismo ou mesmo que viria a existir em outras sociedades; qualitativamente, porque o clero torna-se um grupo social diferenciado dos demais, possuidor de privilégios especiais e de grande poderio econômico.

Mas quais foram as origens desse fenômeno fundamental? Sua complexidade nos leva a lembrar aqui apenas uns poucos fatores. Em primeiro lugar, o fato de o clero cristão, ao contrário do de outras religiões, ter sido escolhido, instruído e ter recebido poderes diretamente da própria divindade: assim fez Cristo com seus apóstolos, estes com os seus discípulos, os primeiros bispos, estes, por sua vez com outros clérigos, e assim sucessivamente. [...] Depois, como decorrência do fator anterior, somente o clero poderia realizar os rituais da liturgia cristã [...], monopolizando a comunicação com Deus, o clero tornava-se responsável por todos os homens. Sem ele não haveria salvação.

Também não se pode esquecer que o caráter universalista fazia da Igreja cristã a única herdeira possível do Império Romano. [...] Assim, o desaparecimento do império, isto é, da face política da sociedade romano-cristã, não afetou a Igreja. Pelo contrário alargou o campo de sua atuação: por exemplo, antes mesmo da queda do império, os bispos iam substituindo nas cidades a magistratura civil.

Igualmente importante para se entender a clericalização é considerar o crescente poder econômico da Igreja. Desde seus primeiros tempos, ela recebia donativos dos fiéis, apesar dos obstáculos colocados pelo Estado. A partir de 321, quando o imperador Constantino autorizou a Igreja a receber legados, a quantidade de seus bens cresceu rapidamente. [...] no século V, já era a maior proprietária fundiária depois do próprio Estado. [...] A chegada dos germânicos não alterou no essencial esse estado de coisas. Perfeitamente integrada na economia agrícola da época, a Igreja passou a receber e ceder benefícios. Tinha, portanto, vassalos, colonos e escravos. No século IX ela detinha, estima-se, uma terça parte das terras cultiváveis da Europa católica.” (FRANCO JR, 1983, p. 21-25).

O fato de Igreja chegar à Idade Média como única instituição organizada e ter assumido a condução da sociedade medieval requer a identificação de alguns fatos que contribuíram para tanto. Um primeiro deles diz respeito à definição do poder temporal. “Em 325, o Concílio de Nicéia estabeleceu a igualdade entre os patriarcas (chefes espirituais) de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma. Mas, já se atribuía, desde então, autoridade especial ao bispo de Roma. Sua supremacia era defendida com argumentos extraídos dos Evangelhos: São Pedro, apóstolo fundador da Igreja de Roma, fora designado por Jesus como primeiro chefe da Igreja.

A autoridade do bispo de Roma sobre toda a cristandade ocidental começou a ser reconhecida por Teodósio, imperador que oficializou o cristianismo como religião do Império Romano e que empregou pela primeira vez a palavra papa. Pouco a pouco, esse poder foi se consolidando, até ser reconhecido oficialmente pelo imperador Valentino III, com a publicação do *Edito da Supremacia Papal*, em 445.”(ARRUDA; PILETTI, 1999, p. 105).

A constituição do Estado da Igreja no século VIII deu a base temporal para a supremacia de Roma sobre a cristandade. A partir da doação feita por Pepino, o Breve, ao Patrimônio de São Pedro, de um território da península Itálica, o papa assumiu funções de monarca e criou o fisco pontifical para gerar as rendas necessárias para a administração do Estado e que eram acrescidas das doações recebidas pela Igreja.

Um fato também importante para a difusão do cristianismo e fortalecimento do papel da Igreja foi o surgimento do clero regular. “Paralelamente ao clero voltado para atividades em sociedade – ministrar sacramentos, orientar espiritualmente, ajudar os necessitados – e por isso chamado de clero secular, surgia um com características diversas. Era constituído por indivíduos que buscavam servir a Deus vivendo em solidão, ascese e contemplação: os monges. [...]”

No Ocidente, a primeira grande experiência de um clero regular, isto é, submetido a uma regra específica de vida, deu-se com São Bento (480-547). Sua *Regra*, elaborada em 534, aproveitava muito de similares anteriores, porém com clareza e simplicidade novas. Por ela, a vida do monge beneditino transcorre em função do preceito da oração e do trabalho. [...] Graças a uma espiritualidade vigorosa, a Ordem Beneditina conheceu até o século XII imenso sucesso e cumpriu um papel de primeiríssima. Por exemplo, na evangelização da zona rural.” (FRANCO JR., 1986, p. 111-112). Os beneditinos também foram responsáveis pela ampla ação missionária, visando a evangelização dos povos germânicos ainda pagãos.



São Bento, óleo sobre tela de Memhug (Fonte: Grandes Personalidades da História Universal. v. I. p. 174).

Com eles, a Igreja, “além de acumular riquezas materiais, foi se transformando no único depósito de cultura e conhecimento.” Os mosteiros foram, na verdade, os verdadeiros pólos culturais da Idade Média. Suas bibliotecas preservaram importantes obras da Antiguidade através do trabalho dos copistas, encarregados da transcrição dos textos clássicos gregos e latinos. Também existiam, ao lado dos mosteiros, escolas voltadas para a população pobre da região.

Cabe ainda mencionar, a propósito da Igreja medieval, que as vantagens obtidas num primeiro momento com a forte aliança que manteve com os Impérios, a exemplo do que aconteceu com o Império Carolíngio, acabaram levando a um conflito com a autoridade real.

“Numa reação contra esse estado de coisas, a Igreja da Idade Média Central teve como objetivo buscar sua autonomia e sobretudo [...] tomar a direção de toda a sociedade. O primeiro passo em direção àquela dupla meta foi, em princípio do século X, a fundação do mosteiro Cluny, na Borgonha. O documento que criava a abadia já expressava a intenção de mantê-la livre de interferências, para que seus monges “nunca se submetam ao jugo de qualquer poder terreno.” No seu programa de submissão dos laicos aos clérigos, Cluny teve importante participação na elaboração da idéia da Trégua de Deus e de sua decorrência, a Guerra Santa.” (FRANCO JR, 1986, p. 115-116).



“A consagração do altar-mor da Abadia de Cluny, um centro de inconformismo”(Fonte: Grandes Personagens da História Universal. v. I, p. 243).

TRÉGUA DE DEUS

“Datada de princípios do século XI, a Trégua de Deus proibia o uso de armas alguns dias por semana, correspondentes à Paixão e Ressurreição, ou seja, da tarde de quarta-feira ao amanhecer de segunda-feira. Igualmente não se podia lutar em certos momentos do calendário litúrgico, caso do Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes.” (Franco JR., 1986, p. 116).

Na luta pela autonomia da Igreja o papa Nicolau II estabeleceu em 1059, uma nova regulamentação para a eleição do pontífice. A regulamentação eliminava a intervenção da nobreza de Roma e especialmente do imperador, na eleição do pontífice, que passava a ser um direito dos cardeais. Quando em prosseguimento à reforma eclesiástica o papa Gregório VII proibiu a outorga de ofícios eclesiásticos por parte de leigos, quebrando uma antiga tradição, desencadeou a chamada Questão das Investiduras, só resolvida em 1122, com a decisão de que bispos e abades fossem investidos na sua função espiritual pela Igreja e nas suas funções temporais pelo rei.

MEDINDO E CONTROLANDO O TEMPO

“Você conhece estas palavras? “... especialmente nos dias de inverno, o ofício das matinas começa quando ainda está alta a noite e a natureza toda adormecida, porque o monge deve levantar-se na escuridão e na escuridão rezar, esperando o dia e iluminando as trevas com a chama da devoção. Por isso a regra predispôs sabiamente vigilantes que não repousavam como os demais, mas passavam a noite recitando ritmicamente o número exato de salmos que lhes dessem a medida do tempo transcorrido, de modo que, ao término das horas dedicadas ao sono dos outros, aos outros davam o sinal de vigília”.

Bonito, não é mesmo? Elas estão no livro *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, um dos raros romances ambientados historicamente na Idade Média. Quem ler o livro vai ver que os capítulos têm por títulos palavras como “matinas”, “laudes”, “primeira”, “nona” etc., ou seja, as horas canônicas ou litúrgicas, pelas quais os religiosos orientavam suas atividades.

As “matinas” que aparecem no trecho citado, correspondiam ao período que vai das 2h30 às 3h da madrugada, quando os monges começavam sua reza diária, bem antes de o galo – o “despertador”

daqueles tempos – anunciar o nascer do Sol. O autor do livro também fala dos “vigilantes”, que passavam a noite recitando salmos para marcar o tempo, funcionando como uma espécie de mecanismos humanos de um grande relógio: o relógio divino.

As horas canônicas anunciadas pelo toque dos sinos, que mandavam a distância o som que funcionava como a voz da eternidade, marcando o tempo de todas as pessoas. Tempo de repouso e tempo de trabalho; tempo de oração e tempo de festa; tempo de vida e tempo de morte. Mais de morte que de vida, na verdade, porque aquele tempo, marcado e controlado pela Igreja, também anunciava o Apocalipse: a esperança de salvação dos homens, principalmente os oprimidos.

Assim, o controle sobre o tempo foi uma das preocupações da Igreja, e isso durou até que os relógios mecânicos, tempos depois, viessem ocupar o lugar dos sinos; até que o tempo dos homens passasse a ser marcado e controlado pelos senhores – desta feita, não mais os que pretendiam guiar as almas para o Paraíso, mas aqueles que dirigiam os corpos para o trabalho: os patrões. Mas, antes que os patrões assumissem o lugar da Igreja no controle sobre o tempo das pessoas, a história dos homens foi a história da Igreja. Ela controlava e media um tempo que “começa com Deus” e é “dominado por Ele”; falava em nome de Cristo, que “abolira” lendas e doutrinas sobre o destino dos homens após a morte, lançando a idéia de salvação. Para realizar a possibilidade de salvar-se eternamente recomendava a renúncia aos bens terrenos que também significava a aceitação de uma vida miserável, a entrega de dízimos e a doação de riquezas acumuladas, o que muitos mercadores chegaram a fazer no fim de suas vidas, transferindo-se para os conventos com toda a sua fortuna.” (MICELI, 1986, p. 21-23).

AS CRUZADAS



Gregório VII, idealizador da reforma da Igreja (Fonte: Grandes Personalidades da História Universal. v. I. p. 237).

“Importante dentro do espírito da Reforma Gregoriana foi a concepção das Cruzadas. Elas deveriam funcionar não só como um elemento de pacificação interna da Europa católica, mas especialmente como um fenômeno aglutinador da Cristandade sob o comendo da Igreja. Por isso acenava-se para seus participantes com a remissão dos pecados, a proteção eclesiástica sobre suas famílias e bens, a suspensão do pagamento de juros. Enfim, objetivava-se colocar a sociedade laica sob o controle da sociedade clerical, e alargar a área de atuação desta última pela submissão dos infiéis (Cruzadas no Oriente Médio e na Península Ibérica), dos cismáticos (Cruzada contra Bizâncio) e dos hereges (Cruzada contra os cátaros).” (FRANCO JR, 1986, p. 119).

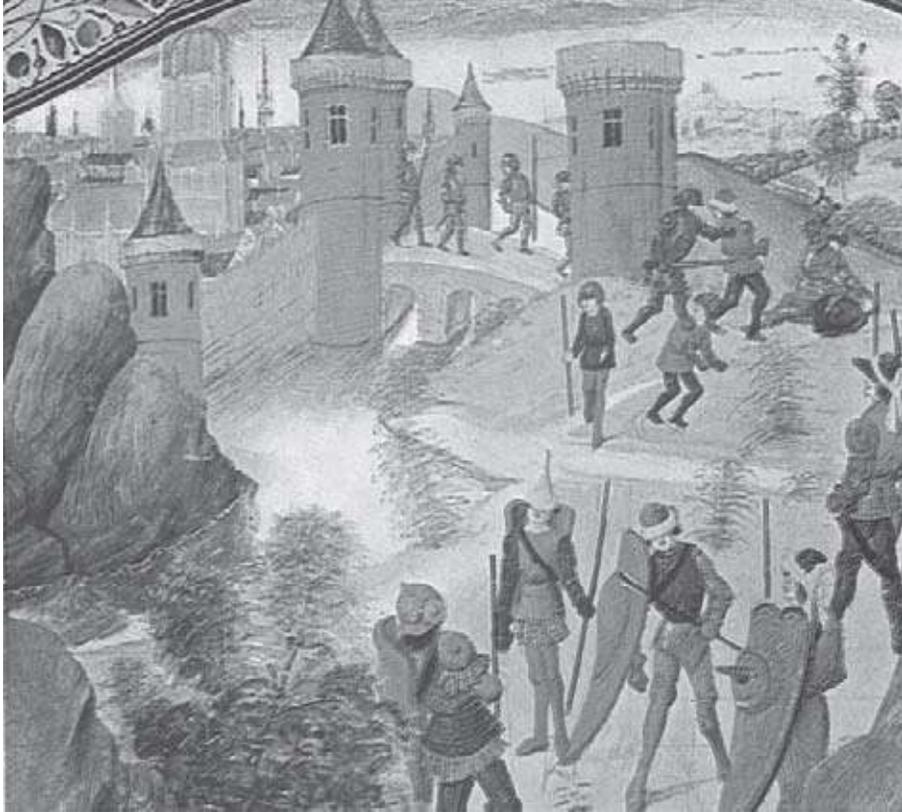
A primeira Cruzada foi convocada pelo papa Urbano II em 1095, com o propósito de libertar a Terra Santa do domínio dos Turcos seljúcidas. Popularizada nos séculos XII e XIII, a idéia de guerra santa que serviu de justificativa para a primeira Cruzada acabou uma série de movimentos de expansão feudal, também denominados de Cruzadas.

“Pode-se dividir essa expansão em duas fases: a primeira no século XII, quando ainda se guardava um sentido real de guerra santa, e a segunda no século XIII, quando os objetivos das campanhas eram claramente políticos.” (REZENDE FILHO, 1995, p. 41).

AS CRUZADAS

Cruzada - Data	Quem a comandou	Resultados
Primeira – 1096 – 1099	Nobres Europeus	Conquista de Jerusalém e estabelecimento dos Estados latinos na Terá Santa (Reino de Jerusalém, Principado de Antioquia, condados de Edessa e Trípoli).
Segunda – 1147 - 1149	Luís V da França e Conrado III da Alemanha	Os cristão foram derrotados; uma tentativa de ocupar Damasco fracassou
Terceira (Cruzada dos Reis) – 1189 - 1192	Frederico I (Alemanha), Filipe II (França) e Ricardo Coração de Leão (Inglaterra)	Os cristãos capturaram São João d’Acre, mas não conseguiram alterar a situação de perda da maior parte das possessões na Terra Santa
Quarta – 1202 - 1204	Nobres europeus convocados por Inocêncio III, com participação dos venezianos	Saque de Constantinopla e formação do Império Latino do Oriente
Quinta – 1218 - 1220	Cristãos de diversos países europeus	Os cruzados tentaram conquistar o Egito, mas foram derrotados
Sexta – 1228 - 1229	Frederico II da Alemanha	Assinatura de um acordo com os turcos, que garantiu por 15 anos o controle cristão sobre Jerusalém
Sétima – 1248 - 1250	Luís IX da França	Dirigida contra o Egito, não obteve resultados
Oitava - 1270	Luís IX da França	Dirigida contra a Tunísia, não obteve resultados
Nona – 1271 - 1272	Eduardo I da Inglaterra	Pequena expedição contra a Tunísia, não alcançou vitória

(Fonte: REZENDE FILHO, 1995, p. 43).



“Combate entre cristãos e muçulmanos, próximo as muralhas de Antiópia, reino latino cristão criado após a primeira Cruzada” (Fonte: Grandes Personagens da História Universal. v. I. p. 276).

“As Cruzadas possibilitaram a primeira grande expansão territorial das sociedades européias depois do recuo medieval. Elas tiveram enorme impacto na dinamização das atividades comerciais. Reabriram para os europeus o Mediterrâneo, que os muçulmanos haviam conquistado no século VIII. Fizeram entrar em circulação na Europa produtos orientais, sobretudo especiarias importadas dos portos do Mediterrâneo oriental pelas cidades da península Ibérica.

Os saques realizados pelos cruzados nas cidades muçulmanas acabaram transferindo para a Europa grande quantidade de moedas. [...] Isso colaborou para que surgissem *companhias mercantis*, formadas pela associação de comerciantes (acionistas). [...]

O impacto dessas transformações sobre o feudalismo foi fulminante. Estimulados pelo surgimento de um mercado consumidor, os senhores procuraram aumentar a produção de seus feudos. Precisaram, então, mudar as relações servis, transformando os servos em pessoas livres, que arrendavam as terras com base em contratos. Dessa forma, o impacto do desenvolvimento comercial orientou as transformações do sistema feudal.” (ARRUDA ; PILETTI, 1999, p. 125).

DIRIGINDO O ENSINO E O PENSAMENTO

“Na Idade Média, o livro por excelência foi a Bíblia, e pode-se dizer que a quase totalidade do que se produziu em termos de reflexão e pensamento estava diretamente relacionado aos textos sagrados do cristianismo ou a suas interpretações. Das escolas monásticas às universidades, o essencial do sistema de ensino estava submetido ao controle da Igreja, que por sinal manteve o monopólio sobre a escrita até o século XII. A instrução não tinha outra finalidade que a justificasse senão o aperfeiçoamento para os “ofícios de Deus.”

[...] na qualidade de proprietária da cultura, também cabia à Igreja fornecer funcionários para a administração dos reinos, com o que seu poder se ampliou mais ainda.

Assim, reforçando os ensinamentos da religião nos sermões dominicais, controlando as crenças e a moral das pessoas, dirigindo o sistema de ensino e o universo cultural, penetrando na consciência através das confissões e controlando o tempo de todas as vidas, a Igreja estendeu um poder absoluto sobre todas as formas de saber. Este poder foi tão penetrante que permaneceu nas consciências durante séculos: nas cidades, pelo menos até o século XVI; nos campos, até o século XIX.

Cumpria-se, desta maneira, uma função poderosa estabelecida para a Igreja desde o final do Império Romano: como queria Santo Agostinho (354-430), que exerceu enorme influência sobre o pensamento medieval, o ideal verdadeiro consistia em cristianizar tudo e todos.” (MICELI, 1986, p. 26).

CONCLUSÃO

Com a reforma do século XI, a Igreja passou a reunir todas as condições para o exercício do poder papal sobre a comunidade cristã.” Em relação aos clérigos, o papado legisla e julga, tributa, cria ou fiscaliza universidades, canoniza os santos, institui dioceses, nomeia para todas as funções, reconhece novas ordens religiosas. Em relação aos leigos, julga em vários assuntos, cobra o dízimo, determina a vida sexual (casamento, abstinência), regulamenta a atividade profissional (trabalhos lícitos e ilícitos), estabelece o comportamento social (roupas, palavras, atitudes), estipula os valores culturais.” (FRANCO JR., 1986, p. 120).



RESUMO

O fato de a Igreja Católica ter chegado ao século III, com uma estrutura organizada o suficiente para se transformar em religião de Estado, foi fator decisivo para lhe dar o suporte necessário ao papel que desempenhou no medievo.

De fato, após a crise provocada pelas invasões, e que acabou levando ao desaparecimento do Império Romano do Ocidente, a Igreja, como única instituição organizada da época, pode realizar a articulação entre romanos e germânicos, da qual resultou a Idade Média Ocidental.

No ambiente de caos e insegurança que marcou a vida dos europeus a partir do século V, a Igreja, que já contava com a atuação do clero secular, beneficiou-se com o trabalho missionário realizado pelos monges na zona rural, especialmente junto aos germânicos.

Paralelamente às ações missionárias ela também se organizou para aliar, ao poder espiritual, também poder temporal.

Sob a supremacia de Roma, a Igreja foi se consolidando como a instituição mais poderosa do Ocidente. Mas era ainda preciso conquistar a autonomia em relação ao Estado. Na sua luta contra o poder laico a Igreja enfrenta alguns impasses, mas, a partir do século XI, ela consegue reunir as condições para o exercício do poder papal sobre a comunidade cristã.

Um fato importante nessa luta da Igreja pela autonomia foi a reforma realizada pelo papa Gregório VII (1073-1085) - por isso chamada Reforma Gregoriana - por ter influenciado a concepção das Cruzadas, movimento que possibilitou a expansão do cristianismo e provocou importantes transformações na Europa.



ATIVIDADES

1. Realize uma pesquisa sobre a Igreja e elabore um roteiro sobre as principais atividades que indicam o poder espiritual e temporal da Igreja.
2. Assista a o filme O Nome da Rosa e identifique nele as informações apresentadas aqui transcritas.
3. Faça um pequeno texto dizendo por que as Cruzadas foram importantes na preparação da Europa para os tempos modernos.



PRÓXIMA AULA

O estudo da renovação comercial e do renascimento urbano, tema da nossa próxima aula, na verdade é uma continuação do tema das Cruzadas, conforme vimos na aula de hoje.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA; PILETTI. **Toda a História**. História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.
- FRANCO Jr., Hilário. **A Idade Média**: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . **O Feudalismo** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).
- MACDONALD, Fiona. **O cotidiano europeu na Idade Média** São Paulo: Melhoramentos, 2003.
- MICELI, Paulo. **O Feudalismo**. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. (Coleção Discutindo a História).
- . **Guerra e poder na sociedade feudal**. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção História em Movimento).
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A caminho da Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1991.